

**Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras
- CTPOAR -**

Ata da 117ª Reunião

Data: 23 e 24 de novembro de 2017

Hora: Dia 23/11: 14h30 às 18h00 (Reunião da CTPOAR)

Dia 24/11: 09h00 às 17h00 (Reunião Conjunta CTPOAR-CTAS)

Local: Instituto Anísio Teixeira (IAC), Estrada da Muriçoca s/n, Bairro São Marcos, Salvador/Bahia.

REPRESENTANTES:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA: Ausente;

Ministério do Meio Ambiente/ANA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/SRHQ: Mirela Garaventa (mirela.garaventa@mma.gov.br);

Conselhos Estaduais - MG/ES: Thiago Figueiredo Santana

(thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br);

Conselhos Estaduais - MT/GO: Fernanda dos Santos Ferreira (fernandaferreira@sema.mt.gov.br);

Conselhos Estaduais - RJ/SP: Luiz Fernando Carneseca (lcarneseca@sp.gov.br);

Conselhos Estaduais - DF/PR: Waldir Fabrício dos Santos (waldirfabricao@aguasparana.pr.gov.br);

Conselhos Estaduais - AL/RN: Ausente;

Conselhos Estaduais - PA/AM: Sheyla Cristina Silva de Almeida Brasil

(seylacsalmeida@hotmail.com);

Conselhos Estaduais - MA/CE/PI: Ausente;

Irrigantes: Ausente;

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Paulo

Roberto da Veiga Franco (pfranco@sanepar.com.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Renato Júnio Constâncio

(renato.constancio@cemig.com.br);

Indústria: Zeila Piotto (zeila.piotto@fiesp.com);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de

Freitas Silva (jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br);

Organizações não governamentais: João Clímaco (fonasccebh@yahoo.com.br);

Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Gheysa do R. M. Pires (gheysa.pires@lactec.org.br).

DEMAIS PRESENTES:

Celia Regina Buono P. Poeta (cpoeta@sp.gov.br).

RELATORIA: Antônio C. R. Miranda (antonio.miranda@mma.gov.br).

ASSUNTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO CTPOAR (23 de novembro):

Item 01 – Abertura/Informes: O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, sugeriu uma rodada de apresentações entre os membros e passou a palavra ao **Sr. Luiz Henrique (ANA)**, que adiantou o informe e considerações sobre o Item 04 da pauta. Item 02 - Aprovação das Atas da 115ª e 116ª reuniões da CTPOAR: O presidente a CTPOAR então questionou aos presentes se havia alguma sugestão de correção nas duas Atas, enviadas previamente. Não havendo sugestões, as Atas foram aprovadas sem alterações, passando-se ao Item 03 - Apresentação sobre as “novas regras de regularização de usos via outorga em São Paulo”, pelo DAEE: O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** esclareceu sobre a importância da apresentação no contexto da revisão da Resolução CNRH n. 16/2001, considerando que o Estado de SP tem trabalhado na modernização dos processos de outorga. Assim, passou a palavra ao **Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP)**, que iniciou a apresentação com a abordagem da base legal e técnica, de como a outorga vem funcionando em São Paulo nos últimos anos, que motivou o processo de modernização que vem se buscando no Estado. Disse que uma das motivações foi a necessidade da releitura dos procedimentos adotados para a outorga, em função das atualizações na base legal e nos conhecimentos técnicos existentes, por exemplo, a lei de recursos hídricos de SP é a Lei n. 7.663/1991, e a outorga começou a ser implantada pelo órgão gestor, que é o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), em 1985, ou seja, anteriormente à própria Lei do Estado. As questões relativas a outorgas de águas subterrâneas também foram estabelecidas anteriormente (1988). Já a regulamentação da outorga conforme a Lei estadual n. 7.663/1991, é dada em 1994. Com isso, foram sendo agregadas exigências de documentos aos processos de outorga no Estado, onde se percebeu que estavam tornando o processo extremamente complexo e moroso para o próprio órgão outorgante. Mostrou a evolução histórica (desde 1994) da emissão de outorgas em São Paulo para ilustrar a discrepância entre a quantidade de outorgas que o DAEE trabalhava no passado e a quantidade que se trabalha hoje, que é bem maior (em torno de 2.000 processos/mês), ao mesmo tempo em que se reduziu drasticamente o número de funcionários do órgão neste período. Assim, os processos de outorga estavam demorando pelo menos um ano para serem finalizados pelo órgão. Foi então que em 2013-2014, o Estado passou a implementar o sistema eletrônico de outorgas, inserindo-se todos os procedimentos neste sistema criado. Porém, de acordo com o palestrante, isso não resolveu completamente o problema, o que levou, no final de 2015, quando o sistema eletrônico de outorgas estava para ser lançado, resolveu-se analisar os conceitos básicos relacionados à outorga. Com isso, chegou-se à conclusão de que os detalhes das obras não necessitam ser analisados no contexto do empreendimento, como por exemplo, detalhes hidráulicos referentes a bombas e tubulações utilizadas na obra. Conclui-se que o papel do órgão gestor é o de analisar o quanto o empreendimento pretende utilizar de água e se existe a disponibilidade desta água no contexto da bacia, considerando os demais usuários e qual a interferência daquela captação nos recursos hídricos. Outro exemplo citado pelo palestrante, foi o procedimento de outorga de águas subterrâneas, no qual o DAEE exigia as informações de qualidade da água (análise química) dos poços de captação de água para consumo humano, quando na verdade a responsabilidade é do empreendedor estar em conformidade junto à vigilância sanitária. Assim, o DAEE optou por focar os procedimentos de outorga no conhecimento da disponibilidade hídrica e nos usos existentes. Na simplificação, foi colocada à responsabilidade do Superintendente de assinar os atos de outorga apenas das licenças de execução e outorgas de direito de uso. Já os demais processos serão assinados diretamente pelos diretores de bacias, nas diretorias regionais existentes. Além disso, o sistema eletrônico implantado permite receber os atos assinados e publica-los automaticamente no Diário Oficial do Estado (DOE). Portanto, a simplificação se deu desde o procedimento de apresentação da solicitação de outorga, o que simplifica também a análise, até a publicação do ato no DOE. Ressaltou que, apesar de não serem exigidos muitos documentos na ocasião do pedido, o usuário deverá tê-los em posse, pois os mesmos serão exigidos durante a fiscalização, tais como os documentos do projeto, junto com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável pelo projeto. Outra medida que vem sendo trabalhada pelo DAEE é a modernização também dos procedimentos de fiscalização, por meio de fiscalização eletrônica remota, na qual está se avaliando a utilização de medidores de vazão nas

tomadas de água, as quais deverão ser encaminhadas periodicamente ao órgão gestor. No entanto, apesar de já terem sido publicadas as portarias a respeito, ainda não foram regulamentados os tipos de medidores a serem utilizados. Estes aperfeiçoamentos são buscados tanto para os procedimentos de recepção, análise e emissão de outorgas de águas superficiais, quanto para águas subterrâneas. Paralelamente, está se desenvolvendo um sistema de suporte a decisão que recepcionará os dados dos usuários e as disponibilidades hídricas existentes, para a realização do balanço hídrico, incluindo outorgas para projetos que causem alguma interferência nos recursos hídricos, tais como, barramentos, dragagens, lançamentos, canalizações, poços e exploração de areia. Também citou sobre os processos ditos “desertos”, os quais são excluídos quando se pede a complementação documental do processo e o usuário não toma as providências devidas. Citou rapidamente o conjunto de normativos a respeito de outorga, atualmente em vigor no Estado (Portarias, Resoluções, Instruções Técnicas), os quais foram disponibilizados para consulta aos membros da CTPOAR entre os documentos da reunião. Ressaltou que com a modernização, muitos desses normativos ainda poderão sofrer alterações nos próximos meses. Esclareceu também, após alguns questionamentos pelos presentes, que a questão da outorga dos lançamentos de efluentes ainda não foi trabalhada no escopo da modernização em curso no Estado. Por fim, após comentários pelos presentes, o palestrante agradeceu a oportunidade e a atenção de todos, colocando-se a disposição para mais esclarecimentos. Devido ao avançar da hora, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** encerrou agradecendo ao palestrante, e lembrou a todos da continuidade das discussões sobre a Resolução de gestão integrada que ocorreria no dia seguinte no mesmo local, a partir das 9h. [Item 04 - Apresentação da minuta "zero" pela ANA para início dos debates da revisão da Resolução CNRH n. 16/2001, que “Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos”](#): O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** esclareceu não foi possível a elaboração da minuta “zero”, dada a diversidade e complexidade dos temas relativos à outorga, mas que realizou um levantamento das Resoluções pertinentes que deveriam ser observadas na revisão da Resolução CNRH n. 16/2001, incluindo Resoluções que não foram discutidas pela CTPOAR, mas que guardam relação com a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Lembrou também que para as Metas 22 e 24, da Prioridade 6 do PNRH 2016-2020, já foi solicitada a mudança no prazo para seu cumprimento, na reunião entre os principais executores e presidentes das Câmaras Técnicas. Ressaltou que não foram propostas mudanças em relação à estratégia (realização de oficina de trabalho e primeira minuta de Resolução a ser elaborada pela ANA), conforme já discutido, mas que a CTPOAR apenas considera o prazo final exíguo para o cumprimento da meta. Assim, os membros da Câmara Técnica concordaram em discutir na próxima reunião a possibilidade e o escopo de uma oficina de trabalho a se realizar ainda no primeiro semestre de 2018, com o objetivo de coletar subsídios para a construção conjunta da minuta de Resolução que representará a revisão da Resolução CNRH n. 16/2001. Após estes esclarecimentos, passou-se ao Item 02 da pauta.

ASSUNTOS DISCUTIDOS EM REUNIÃO CONJUNTA CTPOAR-CTAS (24 de novembro):

[Item 05 - Continuação das discussões sobre a proposta de Resolução que “Estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos”](#): O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** e o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)**, presidentes da CTPOAR e da CTAS, respectivamente, deram início à reunião conjunta solicitando uma rodada de apresentação pelos presentes, e em seguida relembrou que as discussões da proposta de Resolução sobre gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas seriam retomadas a partir do Art. 6º. Neste artigo, manteve-se a dúvida em relação ao uso dos termos “atos regulatórios” ou “atos normativos”, decidindo-se pela manutenção do termo “atos regulatórios” com a ressalva de que a CTIL deverá verificar o termo mais adequado a ser utilizado neste contexto. A **Sra. Roseli Souza (SRHQ/MMA)** informou ainda que a **Sra. Márcia Gaspar (ANA/MMA)** enviou, por e-mail à Sec. Executiva, sugestão de inclusão de um conceito/definição sobre “Coeficiente de Sustentabilidade (CS)”, que ficou faltante da proposta de Resolução, além de pequenas correções de texto e uma sugestão de uniformização, substituindo-se o termo “fluxo de base” por “vazão de base”. Sugeriu também a adequação no Considerando referente à Resolução CNRH n° 15/2001, bem como, no §1º do Art. 6º, a substituição do termo “estarão


condicionados” por “contemplarão”. No §6º do Art. 6º, a **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)** sugeriu a inclusão da frase “ouvidos comitês de bacias hidrográficas e conselhos, quando couber”. Esta sugestão de inclusão foi alvo de grande discussão, considerando as atribuições dos CBHs com relação aos atos regulatórios emitidos pelas autoridades outorgantes de maneira geral. Por fim, decidiu-se por manter a sugestão colocada pela representante das indústrias, com a expectativa de que a CTIL deverá avaliar este aspecto com maior profundidade do ponto de vista legal e institucional. Houve muita discussão sobre a possibilidade de o Art. 7º entrar como um parágrafo no Art. 8º, porém o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** chamou atenção para os objetivos de cada artigo, sendo que o Art. 7º se trata de uma articulação para a gestão e o Art. 8º, trata-se de incentivos a estudos que devem ser realizados. Assim, a proposta que contou com maior consenso, foi a de que o Art. 7º não entrou como parágrafo, e a redação final ficou da seguinte forma: “Art. 7º No gerenciamento dos aquíferos ou sistemas aquíferos interestaduais ou transfronteiriços os órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados e Distrito Federal poderão se articular com a Agência Nacional de Águas para a gestão compartilhada e integrada”. O **Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP)** sugeriu uma redação para o Art. 8º, que foi aceita por todos com uma pequena modificação após longa discussão, considerando também a proposta em relação ao “dever” da União em desenvolver e incentivar os estudos, colocada pelo **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)**, ficando da seguinte forma: “Art. 8º A União deverá desenvolver e incentivar estudos com o objetivo de conhecer a contribuição dos aquíferos para a vazão de base dos rios de seu domínio”. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** sugeriu a inclusão de um parágrafo de forma a complementar o Art. 8º, da seguinte forma: “Parágrafo Único: Os estudos de que trata o caput serão realizados em articulação com os estados e o Distrito Federal”. Após longa discussão sobre o Art. 9º, este foi totalmente reformulado em relação à sua redação anterior, considerando as dúvidas que ainda permeiam a definição do conceito de bacias prioritárias, conforme colocado pelo **Sr. Luiz Henrique (ANA/MMA)** e pelo **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)**. Assim, a redação que foi consenso da maioria ficou da seguinte forma: “Art. 9º O desenvolvimento de estudos e a definição de atos regulatórios com vistas à gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em bacias hidrográficas estarão condicionados às prioridades definidas pelos órgãos gestores de recursos hídricos, em articulação com os comitês de bacias hidrográficas”. Por fim, os presentes consideraram a Resolução praticamente finalizada, faltando apenas as definições de “Área de recarga”, “Conectividade Direta”, e “Rios perenes”, que ficaram faltantes no Art. 2º. Devido o avançar do horário, não houve tempo hábil para discussão dessas definições, mas o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** se dispôs a trabalhar nelas e encaminhar à Sec. Executiva para que sejam compilados na proposta de Resolução a ser encaminhada aos membros das CTs para fechamento na próxima reunião conjunta. O **Sr. Antônio Miranda (SRHQ/MMA)** lembrou também da necessidade da construção de um Parecer Técnico que acompanhará a proposta de Resolução a ser submetida para a CTIL. Assim a Sec. Executiva ficou de elaborar uma minuta de Parecer, já com a formatação adequada e contendo a contextualização/histórico pertinente às discussões, e a encaminhará aos membros das CTs para que possam elaborar conjuntamente o Parecer Técnico, por meio de troca de e-mails. Sobre a próxima reunião conjunta para fechamento da proposta de Resolução e do Parecer Técnico, o **Sr. Luiz Henrique (ANA/MMA)** lembrou sobre a possibilidade de agendamento que no final de janeiro já está programada uma reunião conjunta entre a CTPOAR e CTPNRH para tratar da proposta de Resolução sobre prioridades de outorga. Os presentes concordaram em tentar agendar a reunião conjunta CTAS-CTPOAR para esta mesma época para compatibilizar com a reunião já prevista. A Sec. Executiva ficou de verificar esta possibilidade, tendo em vista que a **Sra. Roseli Souza (SRHQ/MMA)** observou que talvez seja possível o fechamento da proposta de Resolução e do Parecer por e-mail, sem necessidade, portanto, de uma nova reunião conjunta. **NOTA:** Outras sugestões e alterações de texto podem ser verificadas no texto do documento analisado, disponível entre os documentos da reunião conjunta no portal do CNRH. [Assuntos Gerais / Encerramento](#): O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** e o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** relembrou alguns dos encaminhamentos do dia: (i) o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** encaminhará as definições faltantes até 08/12/17; (ii) membros da CTAS e CTPOAR enviam comentários até dia 23/12/17; (iii) Sec. Executiva compila e envia aos membros das CTs até dia 05/01/2018, para última avaliação; (iv) Sec. Executiva elaborará o histórico do Parecer, que

acompanhará a proposta de Resolução, e encaminhará aos membros das CTs também até o dia 05/01/2018 para que seja construída conjuntamente por meio de troca de e-mails; (v) possibilidade de agendamento da próxima reunião conjunta para o final de janeiro, tentando compatibilizar com a reunião já programada para esta época entre CTPOAR e CTPNRH. Por fim, encerraram a reunião, agradecendo aos presentes pela colaboração nos trabalhos.

Ata a aprovada na 118ª reunião, dias 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2018.



Thiago Figueiredo Santana
Presidente da CTPOAR



Antônio Calazans Reis Miranda
Relator da CTPOAR

Anexo:

- Lista de presença da Reunião Conjunta CTPOAR-CTAS